

PONTOS COMUNS ENTRE A ANTROPOLOGIA PRAGMÁTICA E A ANTROPOLOGIA MORAL KANTIANA¹

COMMON POINTS BETWEEN THE PRAGMATIC ANTHROPOLOGY AND THE KANTIAN MORAL ANTHROPOLOGY

Noêmia de Sousa Chaves^{*}

RESUMO: No horizonte do pragmatismo kantiano, o indivíduo segue os ditames de sua razão autônoma; não obstante ao fato do projeto individual ter de se alinhar aos fins de outros seres humanos. Sendo assim, buscamos saber: como se dá a mediação entre o caráter puro e o caráter empírico na moral/antropológica de Kant? A fim de responder este questionamento este artigo terá por objetivo apresentar as grandes linhas do pensamento antropológico/moral kantiano, tomando a Antropologia Pragmática como complemento da Antropologia Moral. Esta tarefa será desenvolvida em dois momentos. No primeiro pretende-se apresentar o caráter antropológico-prático para em seguida se realizar uma investigação antropológico-pragmática, articulando entre estes dois momentos o estatuto ora de negação, ora de defesa da sensibilidade, a fim de se estabelecer qual lugar ela (a sensibilidade) ocupa no pensamento antropológico moral kantiano.

PALAVRAS-CHAVE: Kant. Antropologia/moral. Sensibilidade.

ABSTRACT: In the kantian pragmatism horizon, the individual follows the dictates from your autonomous reason; despite the fact that the individual projects has to adequate to the other human being goals. Being so, we look up: how it's given the mediation between the pure character and the empirical in the Kant Moral/Anthropology? So to answer this questioning this paper will has as goal to present the big lines from the moral/anthropologic kantian thought, taking the pragmatism-Anthropology as complement of the moral Anthropology. This task will be developed in two times. At first, the intention is to present the practic-anthropological character to following realize an anthropological-pragmatic investigation, articulating between this two times the statute once the negation, once the defense of the sensitivity, so to establish wich place it (the sensitivity) occupies in the Moral/Anthropological Kant' thought.

KEY WORDS: Kant. Moral /Anthropology. Sensitivity.

¹ Este artigo teve seu resumo estendido apresentado por ocasião do I Encontro Regional de Alunos de Pós-Graduação em Filosofia promovido pela PUCRS, UFRGS e Unisinos em 21/08/2009. Já para este periódico eletrônico, apresentamos as questões propostas naquele evento de forma mais elaborada.

^{*} Dotoranda em Filosofia-PUCRS. Contato: nc_eutimi@hotmail.com

Introdução

Apresentarei aqui, em grandes linhas, a face antropológica e moral do pensamento kantiano, tendo como pressuposto a antropologia pragmática como complemento da moral pura. Neste artigo, se nos apresenta como primeiro problema o fato de a antropologia não possuir um lugar determinado no sistema kantiano, não obstante o fato de ela estar fortemente presente nas formulações das obras de caráter teórico e moral. A saber, Kant ministrou aulas de antropologia e geografia física desde o ano de 1782 até 1796, ou seja, a antropologia ou, no dizer de Robert Loudon, a segunda parte da moral (a moral impura) atravessa e se faz presente em todo o sistema crítico kantiano.

Curiosamente, no mesmo período em que Kant defendia a tese de que a moral deve ser livre (purificada) de todo e qualquer conteúdo empírico, ele desenvolvia didaticamente uma antropologia que deveria ser utilizada pelo homem no mundo. A partir disto se pode aduzir que não é possível, em Kant, a emergência da antropologia sem moral e vice-versa. Embora essa afirmação não seja endossada por todos os comentadores de Kant, deve-se levar em conta aqui o objetivo central de Kant, o qual não consistia em definir ou responder o que é o conhecimento nem o que é a moral, mas sim consistia em responder *o que é o homem?*

As questões *o que posso conhecer?* e *o que devo fazer?* só manifestam seu sentido no estrito campo do ser humano, ou seja, elas se relacionam intrínseca e diretamente com o fenômeno humano. Neste horizonte, a *Antropologia Pragmática* não se limitará a realizar uma fisiologia do ser humano inquirindo meramente o que a natureza faz deste. A *Antropologia Pragmática*, ao contrário, investigará os fazeres (atividades), as possibilidades e o agir humano na medida em que o ser humano é o único ser com inteligibilidade para agir em um mundo condicionado por leis naturais e do qual ele (o ser humano) participa como peça central. Assim, a *Antropologia Pragmática* se ocupará, pedagogicamente (posto que o homem é o único ser no mundo que precisa – necessita – ser educado), em investigar o que o homem faz, pode e deve fazer como ser que age livremente no mundo (na Terra).

Neste contexto, a interpretação do fazer requer conhecimento de si e do mundo, a condição de possibilidade requer as condições humanas, impostas pelo mundo, e o conjunto de fazer e possibilidade têm, como escoadouro natural, o agir ético.

| | | | | | |
|-----------------|-------------------|--------------|------------|-----------------|-------------|
| <i>Intuitio</i> | ISSN 1983-4012 | Porto Alegre | V.2 - No.2 | Outubro 2009 | pp. 138-144 |
|-----------------|-------------------|--------------|------------|-----------------|-------------|

Se tomarmos, aqui, o significado de condição humana estabelecido por Hanna Arendt², perceberemos a relevância da antropologia kantiana para o pensamento posterior. A autora citada afirma que a condição humana está no locus humano, no lugar em que o homem vive e se desenvolve e se torna o que ele quer ser, ou seja, a Terra, o Mundo. O ser humano está condicionado pelo mundo terreno. Desse modo, o ser humano lidará com o mundo de forma problemática, pois ele (o ser humano) só conta com a possibilidade, o mundo terreno do humano é um mundo onde qualquer ação só pode ser aquilatada através da gramática estabelecida pela seguinte questão: isto pode ser ou não ser?

A Antropologia Pragmática já chamava de forma explícita a atenção para o lugar do agir humano. Esse lugar é o mundo. Para Kant, o pragmatismo significa exatamente educar o homem para que ele se torne cidadão da Terra – cidadão do mundo – e advertia que o ensino da antropologia deveria transpor os muros escolares e se estender a todos os indivíduos humanos.

Nesse sentido, o fazer e o agir encontram-se condicionados não pela natureza, mas pela possibilidade percebida individualmente pelo ser humano através do conhecimento de si e do mundo, cuja finalidade (desse conhecimento) é subsidiar o homem naquilo que ele quer tornar-se. No horizonte do pragmatismo kantiano, o indivíduo segue os ditames de sua razão autônoma; não obstante, seu projeto individual deve se alinhar aos fins de outros seres humanos.

Este artigo se desenvolve em dois momentos. No primeiro pretende-se apresentar o caráter antropológico-prático para em seguida se realizar uma investigação antropológico-pragmática, articulando entre estes dois momentos o estatuto ora de negação, ora de defesa da sensibilidade.

Se por um lado na *Fundamentação* e na *Crítica da Razão Prática* Kant pretende eliminar a sensibilidade alegando a incapacidade de esta fundamentar a moral, pois nenhuma ação humana pode dar provas de sua pureza, nenhuma ação pode provar ter sido fundada extremamente no princípio da lei moral. Por outro lado, na antropologia, Kant dedica uma defesa à sensibilidade a fim de demonstrar que esta não nos trai, nem nos engana. Mas, não é apenas na Antropologia que Kant vai defender a sensibilidade das acusações de uma

² Cf. *A condição Humana*. trad. Roberto Raposo. 10 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2007. p. 17-18.

| | | | | | |
|-----------------|-------------------|--------------|------------|-----------------|-------------|
| <i>Intuitio</i> | ISSN 1983-4012 | Porto Alegre | V.2 - No.2 | Outubro 2009 | pp. 138-144 |
|-----------------|-------------------|--------------|------------|-----------------|-------------|

metafísica cega (dogmática). Na *Primeira Crítica*³, Kant aponta como defesa que os sentidos não nos enganam exatamente porque eles não têm capacidade para julgar – apenas à razão cabe fazer isto. Assim, a sensibilidade pontuará a relação entre antropologia e moral no pensamento kantiano. Entretanto, nosso desafio com este artigo é inquirir acerca dos pontos comuns entre antropologia pragmática e antropologia moral, ao mesmo tempo em que se pergunta como a sensibilidade pode mediá-las.

O Lugar da sensibilidade no contexto da antropologia moral

Kant abre a sua primeira crítica afirmando que todo nosso conhecimento começa pela experiência. Seguindo esta afirmação podemos aduzir que o conhecimento moral também não prescindirá da experiência sensível em nós. Aqui se pode então compreender a sensibilidade tanto no sentido científico quanto no sentido antropológico, no primeiro ela (a sensibilidade) se manifesta ao entendimento lhe oferecendo os materiais a serem refletidos, e julgados por este, nesse sentido a sensibilidade ocupa papel relevante, pois sem estes materiais que ela cede ao entendimento não haveria “matéria que pudesse ser elaborada para uso do entendimento legislador”⁴ (). Já no sentido antropológico a sensibilidade faz parte das faculdades humanas e como tal ela deve estar sob o domínio do ser humano, pois a perfeição interna deste reside no fato de “ter o uso de todas as suas faculdades em seu poder, para submetê-lo ao seu livre-arbítrio.”⁵.

Mas e o caráter moral, qual o papel da sensibilidade na moral? É ponto pacífico que a moral kantiana é marcada pela abstração total da experiência. Kant afirma que o conhecimento moral deve ser depurado, livre de toda a experiência. Entretanto um fato deve ser levado em conta cuidadosamente no âmbito da moral kantiana, a saber, que o que Kant afirma com todas as letras que não pode ser provado é o motivo da ação moral, posto que este é subjetivo, e não a ação moral em si. Eu tenho plena condição de reconhecer um ato moral por seu resultado, minha racionalidade me permite identificar uma ação boa ou má, o que jamais posso identificar é se aquele ato foi motivado internamente por seu agente, explicitamente, por amor a lei moral. A consequência disto é que no ato da ação o ser humano

³ Cf. KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. B350-351; A294.

⁴ Cf. KANT, I. *Antropologia de um Ponto de vista Pragmático*. 144

⁵ Cf. KANT, I. AP, *idem*

| | | | | | |
|-----------------|-------------------|--------------|------------|-----------------|-------------|
| <i>Intuitio</i> | ISSN 1983-4012 | Porto Alegre | V.2 - No.2 | Outubro 2009 | pp. 138-144 |
|-----------------|-------------------|--------------|------------|-----------------|-------------|

jamais é livre, sua liberdade reside apenas na escolha, jamais no momento da ação. Assim na *Segunda Crítica* Kant faz a seguinte observação:

Ora, visto que o tempo passado não está mais em meu poder, cada ação que pratico tem que ser necessária mediante fundamentos determinantes que não estão em meu poder, isto é, jamais sou livre no momento em que ajo. (...). Pois a cada momento estou sempre sob a necessidade de ser determinado a agir mediante aquilo que não está em meu poder...⁶

A sensibilidade, neste sentido, se traduz naquilo que Kant denominará na *Antropologia Pragmática* como verdade do fenômeno. O fenômeno, dirá Kant, “não é um juízo, mas mera intuição empírica, que, por meio da reflexão e do conceito do entendimento que dela nasce, se torna experiência interna e, com isso, verdade.”⁷

Aqui podemos estabelecer o primeiro toque tangencial entre a moral pura e a antropologia kantianas favorecido pela sensibilidade, entretanto, se faz necessário identificarmos três questões centrais dadas pela Antropologia. 1) A rejeição da abordagem antropológica pela via fisiológica; 2) a diferença estabelecida por Kant entre sentido interno e apercepção e 3) o lugar da sensibilidade na moral.

A rejeição da abordagem antropológica pela via psicológica

Para entendermos o percurso da *Antropologia Pragmática*, deve-se levar em conta a carta escrita por Kant a Marcus Herz em 1773 a fim de definir sua significação própria do termo *Pragmatismo* em oposição à definição apresentada por Ernst Platner. Nesta carta Kant afirma que entende por pragmatismo a análise do ser humano como ser livre agindo com outros seres livres no mundo e não, meramente, a abordagem fisiológica do homem preocupada em descobrir como os órgãos internos se relacionam entre si. O pragmatismo kantiano consistia, como ele mesmo afirma na carta, em apresentar a todos os seres humanos uma pedagogia para ser utilizada na vida cotidiana. Ou no dizer de Zammito, “o conhecimento é pragmático se este for capaz de ser utilizado em sociedade.”⁸

⁶ Cf. KANT, I. *Crítica da Razão Prática*. 169-170

⁷ Cf. KANT i. *Antropologia Pragmática* 142

| | | | | | |
|-----------------|-------------------|--------------|------------|-----------------|-------------|
| <i>Intuitio</i> | ISSN 1983-4012 | Porto Alegre | V.2 - No.2 | Outubro 2009 | pp. 138-144 |
|-----------------|-------------------|--------------|------------|-----------------|-------------|

A diferença entre sentido interno e apercepção

Além de deixar claro que o pragmatismo não se ocupa de análises fisiológicas Kant ainda acusa os psicólogos de confundirem termos distintos, tomando-os como sinônimos, como ocorre com sentido interno e a apercepção. Para Kant o sentido interno se relaciona com a parte passiva da mente, nesse sentido ele encontra-se submetido às leis naturais e é da alçada da psicologia explicar, empiricamente, como ocorre à afetação interna no ser humano. Por outro lado a apercepção se relaciona a parte ativa da mente, tendo, portanto consciência da ação que constitui o pensar realizando a ligação e a separação dos elementos pensados. Assim a apercepção vai estar para lógica enquanto o sentido interno vai estar para a experiência interna.

Michel Foucault em sua Dissertação de Doutorado explica que do ponto de vista formal

a psicologia postula uma equivalência entre sentido interno e apercepção, desconhecendo também sua diferença fundamental, já que a apercepção é uma das formas de consciência pura, - então sem conteúdo, e define somente pelo *eu penso*, enquanto que o sentido interno designa um modo do conhecimento empírico, que nos leva a perceber a nós mesmos a partir de um conjunto de fenômenos ligados sob as condições subjetivas do tempo⁹.

Ou seja, Foucault nos explica que a liberdade humana no mundo, ou se se preferir, o pragmatismo, insere o ser humano livre no mundo cuja ação é condicionada *a priori* pelo tempo.

O lugar da sensibilidade na moral

Se partirmos do pressuposto que a pessoa humana para Kant é o único ser na natureza capaz de propor um fim a si mesmo e que o lugar da realização desses fins é o mundo, ou seja, a condição do agir humano é estar no mundo. Então verificaremos que toda ação humana precisa necessariamente conter em si o duplo da liberdade prática (moral) e da liberdade pragmática (metodologia do agir). A primeira deve encontrar-se totalmente livre de motivações externas enquanto a segunda deve seguir regras apropriadas não apenas a um indivíduo em sua subjetividade, mas a todos os indivíduos existentes no mundo. Assim Kant vai dizer que:

⁹ Cf. ZAMMITO, J. H. *Kant, Herder the Birth of Anthropology*. Chicago: The University of Chicago, 2002. p.297.

| | | | | | |
|-----------------|-------------------|--------------|------------|-----------------|-------------|
| <i>Intuitio</i> | ISSN 1983-4012 | Porto Alegre | V.2 - No.2 | Outubro 2009 | pp. 138-144 |
|-----------------|-------------------|--------------|------------|-----------------|-------------|

Um ser humano tem o dever de erguer-se da tosca condição de sua natureza, de sua animalidade (*quoad actum*) cada vez mais rumo à humanidade, pelo que somente ele capaz de estabelecer ele mesmo fins; tem o dever de reduzir sua ignorância através da instrução e corrigir seus erros. E não é meramente que a razão tecnicamente prática o aconselha a fazê-lo como um meio para seus outros propósitos (ou arte); moralmente a razão prática o comanda absolutamente e faz desse fim o dever dele, de modo que possa ser digno da humanidade que dentro dele reside¹⁰.

Nesses termos teremos a sensibilidade subordinada à moral, entretanto, lhe oferecendo o material de sua reflexão, sem o qual nenhuma ação seja ela motivada pela letra da lei (legalidade); seja ela motivada pelo espírito da lei (moralidade)¹¹, não se realizaria. Posto que:

A perfeição interna do ser humano consiste nisto: ter o uso de todas as suas faculdades no seu poder, para submete-lo ao seu livre-arbítrio. Mas para isso se exige que o entendimento domine sem, contudo, debilitar a sensibilidade (que é plebe, porque não pensa), porque sem ela não haveria matéria que pudesse ser elaborada para uso do entendimento legislador.¹².

Referências

- KANT, I. *Crítica da Razão Pura*. Trad. Manuela Pinto dos Santos e Alexandre Fradique Morujão. 5 ed. Lisboa: Calouste Gulbenkian. 2001.
- _____. *Fundamentação da Metafísica dos Costumes*. Trad. Paulo Quintela. São Paulo: Abril Cultural, 1974. (pensadores).
- _____. *Crítica da Razão Prática*. Trad. Valério Rohden. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- _____. *Crítica da Faculdade do Juízo*. Trad. Valério Rohden e António Marques. 2 ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2005.
- _____. *Metafísica dos Costumes. Contendo a doutrina do direito e a doutrina da virtude*. Trad. Edson Bini. Bauru, São Paulo: EDIPRO, 2003.
- _____. *Antropologia de Um Ponto de Vista Pragmático*. Trad. Clélia Aparecida Martins. São Paulo: Iluminuras, 2006.
- FOULCAULT, M. Thèse complémentaire pour le doctoract ès lettres. *Introduction à L'Anthropologie de Kant*. 1960. www.generation-online.org/p/fpoucault8.htm. Acesso em 12/06/2008
- JACOBS, B.; KAIN, P. *Essays on Kant's anthropology*. Cambridge: Cambridge University, 2007.
- ZAMMITO, J. *Kant, Heder, the Birth of Anthropology*. London: University of Chicago, 2002

⁹ Cf. FOUCAULT, M. *Introduction à l'Anthropologie de Kant*, 1960, p. 23.

¹⁰ Cf. KANT, I. *Metafísica dos Costumes (Doutrina da Virtude)*. V (A), p. 231

¹¹ Cf. KANT, I. *Crítica da Razão Prática*. 270.

¹² Cf. KANT, I. *Antropologia Pragmática*, 144.

| | | | | | |
|-----------------|-------------------|--------------|------------|-----------------|-------------|
| <i>Intuitio</i> | ISSN 1983-4012 | Porto Alegre | V.2 - No.2 | Outubro 2009 | pp. 138-144 |
|-----------------|-------------------|--------------|------------|-----------------|-------------|